

ATAS DAS SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Ata da

1ª sessão extraordinária do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, realizada aos vinte dias do mês de janeiro do ano dois mil e vinte. Às dezesseis horas, sob a Presidência do Desembargador Jatahy Júnior, presentes o Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano, os Juízes Patrícia Cerqueira Kertzman Szporer, Freddy Carvalho Pitta Lima, Antônio Oswaldo Scarpa, José Batista de Santana Júnior, e o Doutor Cláudio Gusmão, Procurador Regional Eleitoral, foi declarada aberta a sessão. - Inicialmente, o Mestre de Cerimônia anunciou que teria lugar a solenidade de posse do Juiz Henrique Gonçalves Trindade, como juiz efetivo do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, na classe de advogado, e convidou as seguintes autoridades para compor a mesa: Desembargador Jatahy Júnior, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia; Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano; Juízes Patrícia Cerqueira Kertzman Szporer, Freddy Carvalho Pitta Lima, Antônio Oswaldo Scarpa, José Batista de Santana Júnior; Doutor Cláudio Gusmão, Procurador Regional Eleitoral; Desembargadoras Carmem Lúcia Santos Pinheiro e Gardênia Pereira Duarte, Juízas Substitutas do Tribunal

Regional Eleitoral da Bahia; João Leão, Vice-Governador, representando o Governador do Estado da Bahia; Nelson Leal, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Desembargador Augusto Bispo, Presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia; Antônio Carlos Magalhães Neto, Prefeito de Salvador; General do Exército Artur Costa Moura, Chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército; Senador Ângelo Coronel; General de Exército José Elito Siqueira, Ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Vice-Almirante Silva Lima, Comandante do 2º Distrito Naval; Coronel Aviador Ivan Lucas Karpischin, Comandante da Base Aérea de Salvador; Geraldo Júnior, Presidente da Câmara Municipal de Salvador; Desembargador Lourival Trindade, Presidente Eleito do Tribunal de Justiça da Bahia; Coronel Anselmo Alves Brandão, Comandante da Polícia Militar da Bahia; André Godinho, Conselheiro do CNJ; Senador Otto Alencar; Desembargador Nilson Castelo Branco, Presidente da EMAB; Juíza Elbia Araújo, Presidente da AMAB; Fabrício de Castro Oliveira, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção Bahia. - Com a palavra, o Presidente declarou aberta a sessão solene para a posse do Juiz Henrique Gonçalves Trindade e designou as Desembargadoras Carmem

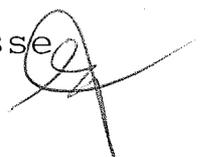


ATAS DAS SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Lúcia Santos Pinheiro e Gardênia Pereira Duarte para conduzirem o Doutor Henrique Trindade ao Auditório. - Novamente com a palavra, o Mestre de Cerimônia solicitou a todos que ficassem de pé, em posição de respeito, para a execução do Hino Nacional Brasileiro, interpretado pela Desembargadora Gardênia Pereira Duarte. - Em seguida, o Presidente convidou o Juiz Henrique Gonçalves Trindade para prestar o compromisso, tendo-o feito nos seguintes termos: "Prometo bem e fielmente desempenhar os deveres do meu cargo de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as Leis da República e pugnando sempre pelo prestígio e respeitabilidade da Justiça Eleitoral". - Com a palavra, o Presidente declarou empossado o Doutor Henrique Gonçalves Trindade no cargo de Juiz Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, na Classe de Advogado, para cumprir um biênio que se inicia nesta data até igual data do ano de 2022. - Prosseguindo, o Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia procedeu à leitura do termo de compromisso e posse do novel Juiz. - Com a palavra o Mestre de cerimônia agradeceu, ainda, a presença dos



magistrados, promotores, procuradores, secretários, militares, advogados, dirigentes de entidades públicas e privadas e das demais autoridades, servidores desta Casa e dos familiares e amigos do empossado. - A seguir, procedeu-se à entrega da Comenda da Cidadania Desembargador Jatahy Fonseca ao recém empossado Juiz desta Corte. A Comenda da cidadania Desembargador Jatahy Fonseca, instituída pela Resolução Administrativa nº 22/2019, tem como finalidade registrar nos anais do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia os nomes dos que contribuíram para a consecução e fomento de ações ligadas às ciências jurídicas, em especial, ao direito eleitoral e à cidadania, como exercício dos direitos de participação na vida política da nação. A medalha representativa da comenda leva o nome do Desembargador Jatahy Fonseca, criador da primeira ouvidoria em órgãos públicos no Brasil República, em 1994. - Na sequência, o Bel. Thiago Ayres fez pronunciamento saudando o novel Juiz, em nome dos advogados que militam neste Sodalício. Ressaltou, na oportunidade, que o Doutor Henrique chega a este Tribunal para contribuir como um advogado arguto, experiente e equilibrado, aludindo, ainda, que Sua Excelência, com a honradez que lhe é característica, estará sintonizado com esta Corte de Justiça, afirmando ser sua posse



ATAS DAS SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

motivo de grande júbilo para a advocacia baiana. - A seguir, o Procurador Regional Eleitoral da Bahia, Doutor Cláudio Gusmão proferiu palavras de saudação ao Doutor Henrique Trindade, externando votos de um trabalho profícuo como membro efetivo desta Corte. - Dando continuidade, o Presidente Jatahy Júnior saudou o novo Juiz em nome dos membros da Corte, com o seguinte pronunciamento: "Estamos aqui reunidos para dar posse ao mais novo membro desta Corte, na classe de jurista, o Dr. Henrique Gonçalves Trindade, escolhido pelo Presidente da República entre os integrantes da lista tríplice formada pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Declinar o currículo de S. Exa. seria alongar nossa saudação, pois, como sabemos, sua vasta biografia o apresenta como possuidor de uma notável cultura jurídica para exercer tão nobre função, além da incontestável reputação ilibada exigida pela lei e de conhecimento de todos no mundo jurídico. Henrique Gonçalves Trindade é baiano. Nascido em nossa capital em 1967, graduou-se em Economia no ano de 1990 pela Universidade Federal da Bahia-UFBA, e em Direito pela Universidade Católica do Salvador-UCSAL, em 1992. É mestre em



Administração pela UNIFACS e pós-graduado, *Lato Sensu*, pela EMAB - Escola de Magistrados da Bahia, na especialidade em Direito. Além de outros cursos de formação acadêmica, recebeu inúmeras condecorações, entre as quais o Troféu Rosalvo Otacílio Torres - Rotary - Distrito 4550, Membro Honorário da Força Aérea Brasileira, Medalha Mérito Santos Dumont - Força Aérea Brasileira, Amigo da 6ª Região Militar - Exército Brasileiro, Medalha do Exército Brasileiro, Medalha Amigo da Marinha, Medalha Mérito Tamandaré - Marinha do Brasil, Medalha da Ordem do Mérito Naval - Grau de Cavaleiro - Marinha do Brasil, Medalha da Ordem do Mérito da Defesa - Grau de Cavaleiro - Ministério da Defesa, Medalha Thomé de Souza - Câmara Municipal de Salvador, Palestras Internacionais Proferidas, Cidade de Barcelona - Marco Jurídico da Constituição de Sociedades no Brasil - 2012, Cidade do México - Atração de Investimentos para Brasil - Nordeste - 2013, e outras. Do ponto de vista profissional, foi Assessor Chefe da Assessoria Jurídica do Instituto de Previdência de Salvador - 1997/1999, Coordenador do Projeto de Capacitação de Secretárias Municipais de Educação - Secretário de Educação do Estado da Bahia - Fundação Luís Eduardo Magalhães 1999 - 2002, Secretário de Promoção Social e Combate à Pobreza de Salvador - abril de 2014



ATAS DAS SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- março de 2015, Diretor Presidente da Agência Reguladora e Fiscalizadora de Serviços Públicos de Salvador - ARSAL - março de 2015 até 7 dezembro de 2018. Advogado militante, integra um importante escritório de advocacia em nossa Capital. Além dessa atuação profissional, Sua Excelência é portador de densa bagagem cultural, adquirida ao longo de sua formação acadêmica em Direito e Economia, além de detentor de vários cursos de especialização no Brasil e no exterior. A vasta cultura jurídica de que é possuidor certamente imporá sua marca na contribuição para a formação da nossa consciência jurídica eleitoral. Neste momento solene, declaramos ter plena convicção de que, o Doutor Henrique Trindade, no exercício do relevante cargo de Juiz Membro desta Corte Eleitoral, honrará a nobre classe dos advogados e a Ordem dos Advogados do Brasil, Secção Bahia, desincumbindo-se do seu múnus com competência, honradez, equilíbrio e imparcialidade, buscando sempre fazer a sua prestação jurisdicional de forma célere e justa, com respeito aos princípios norteadores do Estado Democrático de Direito, tudo em perfeita sintonia com as aspirações do nosso povo no exercício da cidadania.



Assim, saúdo a chegada deste novo membro do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, é motivo de regozijo para todos neste singular momento, em especial para nós, membros deste Sodalício. Tal como os demais magistrados desta Corte, não temos dúvida que sua excelência atuará como um deles, direcionando sua vocação para arte de bem julgar, pois Sua Excelência, ao aceitar o encargo de juiz eleitoral, mostrou seu elevado espírito público vocacionado para o Direito, prova mais que suficiente da sua formação na defesa da cidadania. Assim, saudando a vinda de Sua Excelência, expressamos nossa gratidão por poder contar com sua experiência e maturidade adquirida em todas as esferas em que atuou. As atribuições de um magistrado eleitoral é prova mais do que suficiente para a formação da cidadania. Dizer da nossa alegria e do nosso gáudio de tê-lo como colega é ter a certeza de que não só a esta Corte prestará seus relevantes serviços, mas, acima de tudo, à Justiça Eleitoral Brasileira. Assim, saudando a vinda desse eminente magistrado, é mais do que suficiente para mostrar nossa gratidão por poder contar com uma pessoa de experiência e maturidade, que traz não só a visão de um jurista de escol, mas a convicção de fazer o bem como o fez em todas as esferas em que atuou. Estimado colega Henrique Trindade, estamos muito felizes e honrados da



ATAS DAS SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

oportunidade que o Bom Deus concedeu, qual seja de, na condição de Presidente desta Corte, poder recepcioná-lo e dizer que estamos confortados com a presença de Vossa Excelência neste Tribunal, merecendo toda a nossa admiração, reconhecimento e agradecimento, não só ao nosso Tribunal de Justiça da Bahia por ter incluído o seu nome na lista tríplice, mas também ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, por tê-lo distinguido para tão nobre função. Ao finalizar, desejamos ao empossando os maiores sucessos no exercício dessa honrosa função de magistrado eleitoral, que certamente desempenhará com a nobreza e dedicação que o caracterizam, haja vista sua cultura humanística, jurídica e ilibada reputação. Sinta-se em casa, eminente magistrado Henrique Trindade. Muito obrigado." - Em seguida, o Juiz empossado, Henrique Gonçalves Trindade proferiu o seu discurso: "Quero iniciar minhas palavras saudando entidades que nutro especial apreço: Rotary International, Abrigo do Salvador, Santa Casa de Misericórdia da Bahia, Irmandade da Devoção do Senhor do Bonfim, Museu Carlos Costa Pinto, Associação Comercial da Bahia, Liga Álvaro Bahia Contra



Mortalidade Infantil - Martagão Gesteira, Obras Sociais Irmã Dulce, Sociedade Amigos da Força Aérea Brasileira, Sociedade Amigos da Marinha, Agência Reguladora e Fiscalizadora de Salvador - ARSAL e aos meus estimados colegas de escritório. Quero também saudar o: Corpo de Bombeiros Militar da Bahia - 'Vidas Alheias e Riquezas Salvar'; Polícia Militar - PM e comunidade na corrente do bem; Força Aérea Brasileira - Asas que protegem o país; Marinha do Brasil - Protegendo nossas riquezas, cuidando da nossa gente; Exército Brasileiro - Braço Forte, Mão Amiga; Ordem dos Advogados do Brasil, minha casa de origem, o Presidente, meu estimado amigo Fabricio de Castro Oliveira, o Vice-presidente do Conselho Federal, meu fraterno amigo Luiz Viana Queiroz e o dileto amigo Luiz Coutinho, Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados da Bahia, e em nome deles quero abraçar todos os meus colegas e amigos advogados; o Tribunal de Justiça, todos os 61 desembargadores, mas me permitam destacar a primeira pessoa que abraçou a ideia da minha candidatura, sem ela essa caminhada não chegaria até aqui, agradeço profundamente à Desembargadora Lisbete César Santos. Neste ensejo, quero parabenizar a gestão que se encerra, saudando o desembargador Augusto Lima Bispo e desejar sucesso ao desembargador Lourival Trindade e

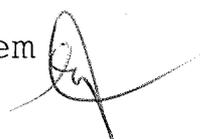


ATAS DAS SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

toda a mesa diretora do TJ Bahia na gestão que se inicia no próximo mês; a Corte do Tribunal Regional Eleitoral - Presidente Desembargador Jatahy Fonseca Junior (agradeço particularmente pelas palavras generosas), vice-presidente desembargador José Edivaldo Rotondano, Juíza Patrícia Kertzman, Juiz Freddy Pitta Lima, Juiz Antônio Scarpa, Juiz José Batista Júnior, procurador regional eleitoral Cláudio Gusmão, desembargadora Gardênia Duarte (parabenizo pela linda performance ao cantar nosso hino nacional), desembargadora Carmem Lúcia Pinheiro, Juiz Pedro Rogerio Godinho, Juiz Eduardo Barreto, Juiz César Jatahy Fonseca, Juíza Carina Cangussu, procurador regional eleitoral Fernando Túlio. Agradeço ao TRE por ter me concedido a Comenda da Cidadania Desembargador Jatahy Fonseca, altíssima honraria que leva o nome de um baluarte do judiciário baiano. Destaco e agradeço a fidalguia do meu antecessor Dr. Diego Castro. A forma acolhedora como fui recebido pelos servidores do Tribunal Regional Eleitoral, agradeço a todos nas pessoas de Luiz Holanda, Raimundo Vieira, Silvio Batalha, Nívia Pereira e da equipe do gabinete Thaís, Pablo, Hercília e Tales. Agradeço ao colega e



estimado amigo Dr. Tiago Ayres, pelas gentis palavras. Aos amigos que torceram e intercederam por mim, não apenas neste momento, mas por toda a vida. À Família, minha esposa Luciana, filhos, meu pai meu maior exemplo, minha saudosa mãe. Por intercessão de Santa Dulce dos Pobres, agradeço a DEUS. Nas palavras do Ministro Marco Aurélio 'À Justiça Eleitoral atribui-se papel da maior importância: garantir ao eleitor o exercício amplo e irrestrito dos ideais democráticos. Não se limita a viabilizar as eleições, a realizar a contagem de votos e a proclamar o vencedor. Mantém-se atenta aos desvios de conduta de candidatos e ocupantes de cargos públicos eletivos, trabalhando ininterruptamente, e não apenas no período das eleições. Incumbe-lhe, a partir do Direito posto, zelar pela correção dos procedimentos anteriores à disputa e afastar os que, mesmo tendo obtido o mandato, transgrediram a ordem jurídica.' A democracia, o governo do povo, nos moldes que conhecemos atualmente, surgiu no século V AC, em Atenas, na antiga Grécia. Em terras brasileiras a primeira eleição que se tem notícia ocorreu em 1532, e objetivou a escolha dos membros do Conselho Municipal da Vila São Vicente, atual São Paulo. Só os homens bons tinham o direito de poder escolher os administradores das vilas. E quem



ATAS DAS SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

eram os homens bons? Eram os nobres de linhagem, os senhores de engenho, os membros da alta burocracia militar, a estes se acresciam os homens novos, que eram os burgueses enriquecidos pelo comércio. Com a vinda da família real em 1808, o Brasil foi elevado, alguns anos depois, do *status* de colônia a Reino do Império Português, oficialmente denominado de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Tendo, Dom João VI, decretado em 1821, a convocação dos brasileiros para escolha dos deputados às cortes de Lisboa. Após a declaração de independência em 1822, Dom Pedro I, convocou eleições para Assembleia Geral Constituinte que gerou a Constituição de 1824, sendo condição para ser candidato a deputado, ter renda mínima de 400 mil réis por ano e professar a religião do Estado, ou seja, ser católico. Para ser senador era necessário ter renda mínima anual de 800 mil réis, ter 40 anos (com exceção dos príncipes da Casa Imperial que ganhavam assento no Senado aos 25 anos), ser pessoa de saber, capacidade e virtudes, com preferência os que tivessem feito serviços em favor da Pátria. Percebe-se que os altos valores exigidos restringiam as candidaturas de pessoas de classes menos



favorecidas. A Lei Saraiva (Conselheiro José Antônio Saraiva, responsável pela reforma eleitoral, sendo que a redação coube a Ruy Barbosa) de 1881 introduziu muitas modificações: as eleições passaram a ser diretas e o voto secreto, o alistamento foi entregue à magistratura, foi instituído o título de eleitor e o analfabeto foi proibido de votar. A Primeira República, também conhecida como República Velha, iniciou com o fim da monarquia em 15/11/1889 e ascensão dos militares ao poder, tendo à frente o Marechal Deodoro da Fonseca e em seguida o Marechal Floriano Peixoto. Esta primeira fase da Primeira República ficou conhecida como República da Espada. Neste período, foi promulgada a primeira constituição republicana em 1891 e em 1892 foi criada a Lei nº 35, a primeira Lei Eleitoral da República. Essa Constituição criou o sistema presidencialista, em que o presidente e o vice-presidente deveriam ser eleitos pelo sufrágio direto da nação, por maioria de votos, além disso, atribuiu ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o processo eleitoral para os cargos federais em todo o país, deixando aos estados a responsabilidade para regulamentar as eleições estaduais e municipais, o que provocou variações nas regras eleitorais entre estados. Em seguida, veio a fase



ATAS DAS SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

conhecida como República Oligárquica que perdurou até 1930. Nesse período passou a vigor a Lei nº 426, de 1896, que introduziu a possibilidade do voto a descoberto. Essa lei não eliminou o voto secreto, mas permitia, caso o eleitor quisesse, votar a descoberto. O eleitor podia declarar o seu voto, como também recebia uma segunda via do voto certificada pela mesa atestando em quem o eleitor tinha votado. Esta possibilidade ficou conhecida como voto de cabresto. Esse período foi marcado pela eleição do primeiro presidente civil, o paulista Prudente de Moraes, dando início à chamada República do Café com Leite, caracterizada pela alternância de poder entre as oligarquias agrárias de São Paulo e Minas Gerais. A condução do governo com forte viés coronelista instigou a insatisfação social fazendo surgir movimentos como a Guerra de Canudos, a Revolta da Vacina, Guerra do Contestado, Revolta da Chibata, greve Geral de 1917, entre outros movimentos, que estimularam a ascensão de Getúlio Vargas, que, em 1930, mesmo tendo perdido a eleição para Júlio Prestes, conseguiu destituir o presidente Washington Luís e assumir o governo central. A revolução de 30 deu origem



à Era Vargas, que foi dividida em três fases, Governo Provisório (1930-34), Governo Constitucional (1934-37) e o Estado Novo (1937-45). Neste período destacam-se a criação da Justiça Eleitoral em 1932, a promulgação da constituição em 1934, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT em 1943, além da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Em 1932 é concretizada a ideia de centralizar no Poder Judiciário o gerenciamento das eleições. A partir dessa data a Justiça Eleitoral tornou-se responsável por todos os trabalhos eleitorais: alistamento, organização das mesas de votação, apuração dos votos, reconhecimento e proclamação dos eleitos, bem como o julgamento de questões que envolviam matéria eleitoral. O primeiro Código Eleitoral do Brasil promulgado pelo Decreto n° 21.076, em 24 de fevereiro de 1932, previa o voto feminino facultativo, a fixação definitiva do voto secreto, a instituição do sistema representativo proporcional e a regulação em todo país das eleições federais, estaduais e municipais. Apesar de continuar sendo possível a eleição de candidatos sem partido, pela primeira vez os partidos políticos foram mencionados em legislação eleitoral. Em 20 de julho de 1932 ocorreu a sessão de instalação do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado da Bahia, sendo o



ATAS DAS SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

seu primeiro presidente o desembargador Ezequiel de Souza Pondé, o vice-presidente desembargador Bráulio Xavier da Silva Pereira e o procurador do Ministério Público Thomaz Garcez Paranhos Montenegro Júnior. A primeira sede funcionou em um edifício na Praça Dois de Julho, Campo Grande. Em 1937, Getúlio Vargas anunciou, pelo rádio, a Nova Ordem do país. Outorgada nesse mesmo dia, a polaca, como ficou conhecida a Constituição de 1937, extinguiu a Justiça Eleitoral, aboliu os partidos políticos, suspendeu as eleições livres e estabeleceu eleição indireta para presidente da República com mandato de seis anos. Durante o período de 1937 a 1945, conhecido como Estado Novo, não houve eleições no Brasil. As casas legislativas foram dissolvidas e a ditadura governou com interventores nos estados. Nesse cenário conturbado, Vargas é deposto do poder em outubro de 1945, e a Justiça Eleitoral foi reinstalada definitivamente. O Código Eleitoral de 1945, conhecido como Lei Agamenon, regulamentou em todo o país o alistamento eleitoral e as eleições e trouxe como principal novidade a obrigatoriedade dos candidatos estarem vinculados a partidos políticos. A Quarta República durou entre



1946-1964, o país teve 9 presidentes, sendo Eurico Gaspar Dutra entre 1946-51, seguido de Getúlio Vargas entre 1951-54, tendo ainda JK 1956-61, Jânio Quadros 1961 e João Goulart - Jango 1961-64. Três grandes partidos se destacaram: União Democrática Nacional - UDN, partido de orientação conservadora e visão moralista da política, sendo Carlos Lacerda o seu grande nome; Partido Social Democrático - PSD, partido com grande densidade eleitoral, foi o maior partido deste período, tendo Juscelino Kubitschek como seu maior destaque; Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, foi criado por Vargas visando estabelecer uma maior aproximação com o povo, especialmente o trabalhador urbano, sendo que além de Vargas outro expoente foi João Goulart. Esse período submeteu-se a Constituição de 1946, que apesar de apresentar alguns avanços importantes, inclusive o restabelecimento de direitos suspensos no período Vargas, deixou de avançar em outros aspectos, como, por exemplo, a manutenção da exclusão do direito dos analfabetos votarem. Esse período pode ser lembrado pela criação da Petrobras, modernização da economia, industrialização e a construção de Brasília. Entre 1964 a 1985 o Brasil viveu o período do regime militar, governado por 5 generais (e por um breve período em 1969 por uma Junta Militar), tendo o país vivido o milagre econômico entre 1968

ATAS DAS SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

e 1973, quando as exportações triplicaram, o Produto Interno Bruto ficou acima de dois dígitos, a inflação caiu para 20% ao ano, foram construídas a ponte Rio-Niterói e a transamazônica. O presidente Humberto de Alencar Castelo Branco assumiu em abril de 1964, instituiu o bipartidarismo com a criação da Aliança Renovadora Nacional - ARENA, que reunia os governistas, e o Movimento Democrático Brasileiro - MDB que reunia as oposições, neste período foi instituído pela Lei 4737/1965 o Código Eleitoral, vigente até os dias atuais e aprovada a Constituição de 1967. Emilio Garrastazu Médice vivenciou o auge do milagre econômico, Ernesto Geisel lançou a proposta de abertura gradual e segura que se concretizou com o presidente João Figueiredo. Em 1984 e 1985 vivenciamos as DIRETAS JÁ, movimento de reivindicação por eleições diretas para presidente. A proposta de emenda constitucional, apelidada de Emenda Dante de Oliveira foi rejeitada, mas abriu caminho para eleição indireta pelo Colégio Eleitoral, composto pela Câmara dos Deputados e Senado Federal, do presidente Tancredo Neves, que não chegou a assumir. A Nova República iniciada em 1985 começou de forma traumática

com a morte do presidente eleito e posse, na cadeira mais alta da república, do seu vice-presidente José Sarney. O Congresso Nacional foi transformado em Assembleia Constituinte, que elaborou uma nova Constituição promulgada em 1988, a Constituição Cidadã, que trouxe muitas inovações como a extensão do direito do voto para analfabetos, cabos e soldados, a diminuição da idade para faculdade do voto e também prescreveu que o presidente e os governadores, bem como os prefeitos dos municípios com mais de 200 mil eleitores, fossem eleitos por maioria absoluta ou em dois turnos, se nenhum candidato alcançasse a maioria absoluta na primeira votação. Estabeleceu ainda que o período de mandato do presidente seria de cinco anos, vedada a reeleição para período subsequente (esta regra foi alterada pela Emenda Constitucional de Revisão n. 5, de 1994, que alterou o mandato para de cinco para quatro anos e pela Emenda Constitucional n 16 de 1977 que possibilitou a reeleição para cargos de prefeito, governador e presidente). Em 1989, depois de quase 30 anos o país elegeu por voto direto o presidente Fernando Collor de Mello. Em 1992, depois de enfrentar um turbilhão de denúncias o presidente renunciou, mesmo assim o Senado votou pelo seu impeachment e suspensão de seus direitos políticos. Collor foi substituído por seu



ATAS DAS SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

vice-presidente Itamar Franco, que fez um governo de transição e coalizão, conseguindo ao final eleger o seu ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso que permaneceu no poder por dois mandatos. Este governo foi marcado pela privatização de grandes empresas públicas. Em 1996 começou a ser utilizada urna eletrônica e em 2000 todas as seções eleitoras já contavam com elas. Em 1997, a Lei 9.504, conhecida como a Lei das Eleições, disciplinou de forma geral a matéria referente às eleições, não havendo mais necessidade de edição de leis para regulamentar cada pleito. Em 1998 foi inaugurado o atual prédio do TRE Bahia, a sua primeira sede própria, obra capitaneada pelo desembargador Amadiz Barreto. Em 2003, assumiu o presidente Lula, que manteve a estabilidade política e econômica alcançada nos anos anteriores, conseguindo ampliar programas na área social. Tendo sido reeleito, assumiu o segundo mandato em 2007. Em 2011 assumiu a presidente Dilma Rousseff, sendo a primeira mulher eleita presidente do Brasil, reeleita, inicia um novo mandato em 1º de janeiro de 2015, permanecendo até 31 de agosto de 2016, quando o Senado Federal cassou o seu mandato, mas manteve o direito



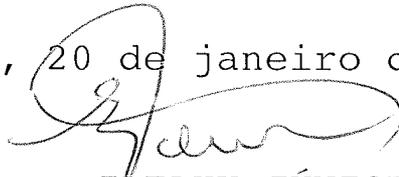
de ocupar cargos públicos. Assumiu o vice-presidente Michel Temer que conclui seu mandato em dezembro de 2018. Em 2018, 87 milhões de eleitores em todo o Brasil já estavam aptos a votar utilizando o sistema de biometria. O colégio eleitoral da Bahia contava com 10.390.247 eleitores, foram 7 candidatos a governador com seu correspondente vice, 11 candidatos ao senado federal, 607 candidatos a deputado estadual e 471 candidatos a deputado federal. 1º de janeiro de 2019 assume a presidência da República o presidente Jair Messias Bolsonaro, eleito no segundo turno com 57.797.847 votos, equivalente a 55,13% dos votos válidos, enquanto o candidato Fernando Haddad obteve 47.040.906 votos equivalente a 44,87% dos votos válidos. Neste ano de 2020 estima-se que nos 417 municípios da Bahia serão mais de 1200 candidatos disputando o cargo de prefeito e mais de 34000 candidatos às 4599 vagas de vereador. Em Salvador estima-se que mais de 1000 candidatos concorrerão às 43 vagas na Câmara Municipal. Encerro minhas palavras com o ensinamento de São Tomás de Aquino: 'Dê-me, Senhor, agudeza para entender, capacidade para reter, método e faculdade para aprender, sutileza para interpretar, graça e abundância para falar, acerto ao começar, direção ao progredir e perfeição ao concluir.'" - Nada mais havendo,



ATAS DAS SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

às dezoito horas e dez minutos, foi declarada encerrada a sessão, da qual eu, Marta Gavazza, Secretária Judiciária, lavrei a presente ata que, depois de distribuída e aprovada, será assinada pelo Senhor Juiz-Presidente.

Salvador, 20 de janeiro de 2020.



Des. JATAHY JÚNIOR

PRESIDENTE

